CORREIO NORTE

DIVULGAÇÃO



O governo do Acre estabeleceu novas diretrizes e procedimentos

Acre define regras ambientais para imóveis rurais vizinhos

O governo do Acre estabeleceu novas regras para o licenciamento ambiental de propriedades rurais que fazem divisa com terras indígenas homologadas. A Resolução Cemaf nº 3/2026 foi aprovada pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente e Floresta (Cemaf) e publicada no Diário Oficial do Estado em 27 de outubro. A norma prevê análise dos impactos ambientais, medidas de prevenção e comunicação à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).As regras também orientam a localização da Reserva Legal próxima às terras indígenas, quando houver viabilidade técnica e legal. O órgão licenciador poderá exigir monitoramento ambiental e definir a necessidade de vistorias presenciais. A resolução determina ainda que divergências sobre limites territoriais sejam encaminhadas aos órgãos competentes, sem resolução de disputas fundiárias no processo de licenciamento.

Boa Vista terá nova rádio comunitária

O Ministério das Comunicações autorizou a Associação Comunitária de Radiodifusão de Boa Vista a executar o serviço de rádio comunitária na capital de Roraima. A autorização foi publicada no Diário Oficial da União (DOU). A emissora utilizará o canal 290, na frequência de 105,9 MHz, para transmitir informações locais, conteúdos culturais e avisos de utilidade pública. A medida apresentada busca ampliar o acesso da população à comunicação comunitária.

SHIZUO ALVES/MCOM



A rádio comunitária é uma estação de baixa potência

Palmas sediará I Congresso de Controle Interno

A Prefeitura de Palmas realizará, em 13 de novembro, o Conexão na Prática: I Congresso de Controle Interno e Contratações Públicas do Tocantins. O evento ocorrerá das 8h às 18h, no auditório da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), com inscrições gratuitas e certificado. A programação é organizada pela Controladoria-Geral do Município (CGM) e pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, em parceria com o Portal de Compras Públicas. O encontro abordará controle interno, licitações, gestão de riscos e planejamento.

PF prende 3 foragidos em cidades do Tocantins

A Polícia Federal prendeu 3 homens procurados pela Justiça em ações realizadas em 27 de outubro, nos municípios de Natividade, Paraíso do Tocantins e Gurupi. As operações tiveram apoio da Polícia Militar do Tocantins. Os casos envolvem crimes de furto, tráfico de drogas e estupro de vulnerável. Um dos presos foi condenado a mais de 14 anos de reclusão. Os detidos foram encaminhados ao sistema prisional.

Entrega

O governo do Pará entregou 164 viaturas à PM para ampliar o atendimento das ocorrências no estado. Os veículos serão distribuídos entre unidades da corporação na capital. A entrega integra as ações da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) para reforçar o policiamento e apoiar o trabalho dos agentes.

Alerta

O governo do Amapá alertou motoristas sobre os riscos da fumaça de queimadas próximas às rodovias durante a estiagem. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontam 1.027 focos de incêndio entre 1º de agosto e 26 de outubro de 2026. Segundo o governo, parte das ocorrências está próxima de rodovias federais e estaduais.

Atividades

O governo de Rondônia realizou atividades em homenagem aos servidores públicos estaduais pelo dia da categoria, celebrado em 28 de outubro. A programação incluiu ações de integração e reconhecimento dos profissionais. A Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas coordena iniciativas voltadas à valorização e ao bem-estar.

Ações

A Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEE) e a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) promovem ações sobre tributos e serviços públicos em escolas estaduais de Rio Branco. As atividades incluem apresentações do Núcleo MultiArte inspiradas no livro Sapiência e Enrolados e entrega de exemplares às unidades.

Denúncia

A Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Amapá (Sejusp) informou que 3 relatos de tentativas de sequestro em Macapá seguem sob investigação e não foram confirmados. Dois registros ocorreram em 27 de outubro e outro no bairro Fazendinha. A pasta alertou contra o compartilhamento de informações sem verificação.

Voos

Os aeródromos estaduais do Acre registraram 10.874 voos entre janeiro e setembro de 2026, segundo o Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária. Em setembro, foram 1.474 operações, alta de 6,3% em relação a agosto. Feijó liderou no mês, com 408 voos, seguido por Marechal Thaumaturgo.

MIDR



Estados enfrentam incêndios florestais, estiagem e seca

União aprova R$ 68,6 milhões para três estados do Norte

Defesa Civil está no Amazonas e no Pará para ajudar nos processos

Da **Redação**

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) aprovou R$ 68,6 milhões para ações de resposta a incêndios florestais, estiagem e seca no Amazonas, Pará e Acre. Os recursos serão destinados a medidas previstas em planos de trabalho apresentados pelos governos estaduais e municipais. Para auxiliar nos pedidos de reconhecimento federal de situação de emergência e na liberação de verbas para assistência humanitária, técnicos da Defesa Civil Nacional foram enviados ao Amazonas.

No Amazonas, foram aprovados 47 planos de trabalho, que somam R$ 45,2 milhões. O estado tem 48 municípios com reconhecimento federal de situação de emergência. Como algumas cidades receberam mais de um decreto, o total chega a 66 reconhecimentos: 29 relacionados à estiagem e 37 aos incêndios florestais.

No Pará, 6 planos de trabalho receberam aprovação, com destinação de R$ 3,9 milhões. Ao todo, 24 municípios têm reconhecimento federal. A soma dos decretos chega a 28, porque algumas cidades foram reconhecidas por mais de uma ocorrência. Desse total, 16 reconhecimentos estão ligados às queimadas; os demais se referem à falta de chuva.

No Acre, o MIDR aprovou 15 planos de trabalho, com R$ 19,3 milhões para enfrentar a seca. O estado tem 22 municípios em situação de emergência. Somados, os valores aprovados para os 3 estados chegam a R$ 68,6 milhões, conforme balanço divulgado pelo ministério.

A atuação da Defesa Civil Nacional busca orientar as administrações locais na organização dos pedidos e na apresentação dos documentos exigidos para o reconhecimento federal. O procedimento permite avaliar as necessidades informadas e os planos de trabalho antes da liberação de recursos. O apoio federal é destinado às ações descritas nas propostas aprovadas, de acordo com as demandas registradas por cada município ou estado. O MIDR informa que novos valores dependem das solicitações recebidas e da análise dos planos apresentados. Por isso, o montante total pode mudar conforme as necessidades identificadas e a aprovação de outras propostas. Os recursos buscam apoiar a resposta aos impactos dos eventos climáticos.